



Conceição Gomes “Investigar corrupção é um sinal positivo”

Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Conceição Gomes é também a coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça e diz ao DN que a sucessão de processos judiciais que envolvem os “poderosos” e corrupção são um sinal positivo para a perceção dos portugueses sobre a justiça. Mas falta saber como terminam para se aferir da eficiência do sistema.

Nos últimos anos tem havido uma sucessão de casos judiciais que envolvem pessoas com cargos importantes a diversos níveis. Isto transmite à sociedade que a justiça funciona melhor?

Nas várias perceções dos portugueses sobre a justiça, havia uma muito comum de que os poderosos nunca eram atingidos, que havia uma justiça para pobres e outra para ricos, muito ligada à ideia de corrupção e que em Portugal é muito elevada. Nos inquéritos feitos, era sempre apontado isto. A ação do Ministério Público nos últimos quatro a cinco anos a abrir investigações, a constituir arguidos e a acusar pessoas política e economicamente poderosas pode ter alterado isso. Se for feito um inquérito hoje, acredito que haja uma perceção diferente, que agora os poderosos também são alvo da justiça. É um sinal positivo para a sociedade. Mas se falarmos da eficácia ou da eficiência da justiça, entramos noutra dimensão. Estes casos passam por uma tramitação jurídica e não sabemos como irão terminar, até lá saberemos se o sistema será eficiente. Até agora poucos casos transitaram em julgado com condenações efetivas. Há uma distância grande entre o conhecimento da investigação e a decisão final. Se tivermos muitos anos entre a acusação e o trânsito

em julgado, com condenações reduzidas, a perceção pode não ser tão positiva.

Pode haver a ideia errada de que a justiça está melhor por atingir pessoas mais poderosas, embora o sistema não dê uma boa resposta ao cidadão?

É preciso distinguir as perceções. Muitas vezes as pessoas são induzidas pela justiça mediática. A ideia de que ninguém sai impune, de que a corrupção está na mira, neste momento está a meio. É preciso ver como acabam os processos. Outra perceção é a justiça no seu todo: é ineficiente, não é capaz de dar resposta ao cidadão. Em termos de eficiência, o sistema de justiça é muito negativo, é ainda um grande problema. Nestes casos mediáticos, como são exemplos Ricardo Salgado, José Sócrates, os vistos *gold*, a Operação Fizz ou este caso do juiz, ainda está por saber o que isto representa. Quando tivermos a história toda, veremos. Mas isto é novo em Portugal.

A justiça sabe comunicar?

Continua a ter um grande problema de comunicação, o que dá origem ao espetáculo mediático. A justiça ainda não encontrou os termos em que deve comunicar numa sociedade moderna. Estes processos têm uma componente de interesse público e a forma de comunicação da justiça é muitas vezes fora de tempo.

Com estes processos, pode haver também o risco de politização?

Os fenómenos de politização da justiça ou de judicialização da política têm antecedentes em Itália e são visíveis hoje no Brasil. É um tema complexo e está no centro do debate. Por um lado há a autonomia do poder judicial, mas há a necessidade de um equilíbrio de poderes. A justiça tem de compreender que deve estar virada para a sociedade, para o cidadão e precisa de informar e prestar contas. D.M.